

CONTRIBUIÇÕES DA RETÓRICA PARA O ENSINO DA PRODUÇÃO DE TEXTO

Mônica Moreira de MAGALHÃES

Universidade Federal de Minas Gerais
moreiramagal@ig.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir algumas contribuições da retórica, mais especificamente, da teoria dos tópicos e da teoria da *stasis*, para a produção de textos argumentativos. A grande questão que propomos é: Onde e como um aluno vai buscar argumentos para desenvolver um tema que lhe é apresentado? Assim, o foco desta discussão está justamente no uso das referidas teorias na busca por argumentos. Tomamos, como ponto de partida, algumas inquietações de Edward P. J. Corbett quanto à necessidade de se “ensinar” a produção de textos. Justifica-se o uso das aspas porque, muitas vezes, acredita-se que basta pedir a um aluno para escrever um número x de redações que, automaticamente, ele aprenderá a escrever bem. Por outro lado, quando temos a oportunidade de ler um texto de um aluno e de orientá-lo no que ele precisar melhorar, isso se traduz em oportunidade ímpar de aprendizado. Torna-se visível o progresso desse aprendiz no processo de aprendizagem da escrita. Além do mais, segundo Corbett, mesmo os alunos mais brilhantes precisam de orientação no desenvolvimento do processo de escrita, a qual pode se dar pela retórica clássica. Interessam-nos, de modo especial, os tópicos de invenção, ou seja, aqueles que ajudam a descobrir argumentos. Como estamos interessados na relação entre a retórica e o ensino da produção de textos argumentativos, analisaremos algumas estratégias de argumentação empregadas por alunos do Ensino Médio em produções textuais bem sucedidas.

Palavras-chave: retórica; ensino; produção de texto; argumentação.

1 Introdução

Ministrando cursos de especialização e capacitação para professores de Língua Portuguesa no interior de Pernambuco, encontramos um número significativo de professores que sequer pediam atividades de produção de texto aos seus alunos ou, quando pediam, corrigiam pelo sistema tradicional, sem dar um retorno construtivo, isto é, sem “ensinar” aos discentes algo que eles demonstravam não saber através das suas produções de texto.

Tomamos, como ponto de partida, algumas inquietações de Edward P. J. Corbett (1963) quanto à necessidade de se “ensinar” a produção de textos. Em geral, espera-se que os estudantes produzam bons textos, que tenham bons argumentos, mas, muitas vezes, o processo de ensino-aprendizagem não os ajuda muito nessa empreitada.

Neste trabalho, defendemos a crença de que, como nos diz Corbett (1963, p. 20): “o que a maioria dos nossos alunos precisa, mesmo os mais brilhantes, é de uma orientação cuidadosa e sistematizada em todos os passos do processo de escrita. A retórica clássica pode dar esse tipo de orientação positiva.”¹ Além disso, nenhum aluno poderá produzir um bom texto se não tiver algo a dizer sobre o tema em questão.

Nesse sentido, abordaremos algumas contribuições da retórica, mais especificamente, da teoria dos tópicos e da teoria da *stasis*, para a produção de textos dissertativos, porque essas teorias podem ajudar o aprendiz a ter o que dizer em sua argumentação, a buscar argumentos para compor o seu texto na defesa de uma tese qualquer.

2 Teoria dos tópicos

Quando questionado sobre a utilidade dos tópicos, respondeu Corbett: “O que descobri é que, para alunos que lutam para encontrar ideias, esse método quase mecânico ajuda. (...) Os tópicos podem dar um ajuda momentânea e te colocar no seu próprio caminho”. (1967, p. 61). Para ele: “Todos os tópicos retóricos são meios formalizados e sistematizados de abordar o assunto no modo natural com que trabalha a mente humana”. (idem, p. 62).

Neste trabalho, interessam-nos os tópicos de invenção, ou seja, aqueles que ajudam a descobrir argumentos. Segundo Eliana Mendes,

os tópicos ou *tópoi* são as categorias básicas de relação entre idéias, cada uma delas servindo como um padrão ou heurística para descobrir argumentos e coisas a dizer sobre um assunto. Tópicos de invenção interessam de perto à Pedagogia Retórica. Segundo essa pedagogia, os aprendizes precisam saber usar essas categorias para criar seus textos e buscar seus próprios argumentos. (2010, p. 114).

A partir dos tópicos aristotélicos, Frank D’Angelo (apud MENDES, 2010, p. 116-117) desenvolveu uma taxonomia de tópicos com dez categorias mais contemporâneas: identificação, análise, descrição, classificação, exemplificação, definição, comparação e contraste, narração, processo e causa e efeito.

Seguindo-se os propósitos deste trabalho, analisaremos os tipos de tópicos presentes na classificação de Decker e Schwegler, apresentada na obra **Patterns of exposition** (1992), cujo objetivo, nos dizeres dos próprios autores, é ajudar o aprendiz a “construir pontes entre a leitura e a escrita para melhorar cada uma delas”. Pretende-se chamar a atenção para “as

¹ Todas as traduções constantes neste texto são de nossa responsabilidade.

variadas formas com que os escritores abordam os assuntos e as estratégias que eles empregam, especialmente os modelos [ou padrões] de exposição”. (p. 1). Essa classificação segue muito de perto os tópicos de D’Angelo listados acima. Uma pequena diferença está no fato de que Decker e Schwegler não tratam da categoria **identificação**, abordam conjuntamente as categorias **análise** e **processo** como **análise de processo** e englobam as categorias **analogia** e **indução e dedução**, que não aparecem em D’Angelo. De qualquer modo, acreditamos que, independentemente da teoria e/ou taxonomia que se adote, a teoria dos tópicos tem muito a contribuir para um ensino sistematizado da produção de texto.

A classificação de Decker e Schwegler é a seguinte:

1. Exemplificação
2. Classificação
3. Comparação e contraste
4. Analogia
5. Análise de processo
6. Causa e efeito
7. Definição
8. Descrição
9. Narração
10. Indução e dedução

Os capítulos do livro em análise se distribuem de acordo com esses dez tópicos. Em cada capítulo, inicialmente, os autores discorrem sobre o tópico² a ser trabalhado. Em seguida, tem-se um texto como amostra, com a devida análise dos autores, e completam cada capítulo textos variados com exercícios (desafios) para o aprendiz.

3 Teoria da *stasis*

Stasis significa um tipo de suporte, de ponto de apoio para o orador. Na retórica antiga, tratava-se de um meio de invenção heurístico aplicado em contextos jurídicos, através do qual eram feitas perguntas sistematizadas que ajudavam o orador a encontrar argumentos para a defesa do réu.

Segundo Crowley e Hawhee (1999, p. 45), guiar-se pelas questões da *stasis* traz vantagens ao orador como: melhora sua compreensão sobre o tema em discussão, força-o a pensar melhor sobre suposições e valores do público-alvo, elucida aspectos que demandam

² Aqui, estamos entendendo “tópico” no sentido aristotélico. Os autores, porém, tratam-no como estratégia.

mais pesquisa, sugere que provas são cruciais para sustentar a argumentação e talvez aponte a melhor forma de dispor essas provas.

Os retóricos antigos trabalhavam com uma lista de quatro questões centrais (ou *stases*):

1. Conjetural: Há realmente um ato a ser considerado?
2. Definicional: Como esse ato pode ser definido?
3. Qualitativa: Qual é a gravidade desse ato?
4. Procedimental: Esse ato deve ser submetido a algum julgamento formal?

Na próxima seção, associamos a teoria da *stasis* à teoria dos tópicos, elucidando algumas perguntas que podem permitir ao orador encontrar argumentos para discussões em outras esferas além da jurídica, a exemplo das atividades de produção de texto argumentativo no contexto escolar.

Analisaremos cada tópico separadamente, mas vale ressaltar que se trata apenas de uma questão didática, pois, em um único texto, poderemos encontrar mais de um tópico conforme o escritor desenvolve a sua argumentação. Em muitos casos, é a associação de dois ou mais tópicos que vai garantir sucesso no desenvolvimento do texto.

4 Análise dos tópicos

Segundo o Edital nº 7, de 18 de maio de 2011, do ENEM 2011, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e publicado no Diário Oficial da União, em 19 de maio de 2011,

a proposta da Redação do Enem é elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de uma situação-problema e de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social ou cultural, produzindo um texto de tipo dissertativo-argumentativo. (DOU, 2011, p. 46).

Esse texto a ser produzido será avaliado a partir das cinco competências expressas na Matriz de Referência para a Redação:

- I - Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.
- II - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

- III - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- IV - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- V - Elaborar proposta de solução para o problema abordado, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (DOU, 2011, p. 46).

É a partir desse referencial que analisaremos o uso dos tópicos em redações produzidas por alunos do Ensino Médio. Nossa atenção, porém, estará restrita às competências II, III e V da matriz acima, as quais englobam o conhecimento que o estudante demonstra ter sobre o tema e a sua capacidade argumentativa. Não ignoramos a relevância dos padrões estruturais e formais da produção textual, mas eventuais inadequações formais como erros de grafia, acentuação, pontuação etc não serão discutidas no presente trabalho.

Analisaremos textos reais, produzidos por estudantes reais, seres em processo de aprendizagem da escrita. São textos passíveis de crítica, certamente, mas são aqui considerados por apresentarem argumentações com indício de autoria, que vão além do senso comum, da mera repetição de clichês.

4.1 Exemplificação

Segundo Decker e Schwegler:

O uso de exemplos para ilustrar uma ideia em discussão é o mais comum, e frequentemente o mais eficiente, modelo de exposição. É um método que usamos quase instintivamente; por exemplo, ao invés de falar em generalidades sobre as qualidades de um bom prefeito, citamos Harry Hibbons como um exemplo. (1992, p. 23).

A teoria dos tópicos nos ajuda a buscar argumentos, mas é interessante associar a ela a teoria da *stasis* (heurística retórica), que nos orienta na elaboração de perguntas adequadas aos argumentos que desejamos alcançar. No caso do tópico exemplificação, o orador pode fazer uso de perguntas como: 1) Quais são os exemplos ou ilustrações típicos do assunto em foco?
b) Que generalidade é ilustrada por esses exemplos?

Analisamos, a seguir, como um estudante utilizou, de forma bem sucedida, o recurso da exemplificação ao produzir uma redação sobre o tema “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”.

Facebook, Twitter, My Space, LinkedIn. Com a popularização da Internet, as redes sociais têm tido participação cada vez maior na mudança do comportamento humano. (...)

(...) Na Primavera Árabe, por exemplo, é indiscutível o papel desses programas na disseminação das ideias revolucionárias. O Movimento Mega Não – contrário ao projeto de lei do senador Eduardo Azeredo, apelidado de “AI-5 digital” – também foi amplamente difundido nas redes, mobilizando pessoas e ONGs em todo o Brasil. (...)

O autor, inicialmente, “joga” exemplos que serão utilizados na sua argumentação: “Facebook, Twitter, My Space, LinkedIn” e, em seguida, deixa explícita a sua tese de que as redes sociais contribuem para a mudança de comportamento das pessoas. Sua conclusão é a de que o acesso à internet contribui para uma melhoria da consciência crítica, indispensável ao exercício da cidadania.

4.2 Classificação

Percebemos que operações de classificação estão presentes naturalmente nas nossas atividades cotidianas, a exemplo do hábito de separarmos tipos de roupas e sapatos. Muitos assuntos sobre os quais os alunos têm que argumentar podem demandar uma divisão em categorias ou subcategorias.

Para se buscar argumentos seguindo-se este tópico, podem ser feitas perguntas como: 1) Quais são as categorias diferentes de um objeto em discussão? 2) Por que as diferenças entre as categorias são importantes? 3) Há subcategorias a tratar?

O fragmento a seguir, extraído de uma redação sobre o tema “O trabalho na construção da dignidade humana”, mostra que o estudante segue a perspectiva da classificação dos tipos de trabalho.

A história nos mostra que povos dominados eram obrigados a servir seus dominadores, surgindo os escravos dessa maneira. Todo o trabalho pesado era realizado por esses povos conquistados, originando assim a concepção de que trabalhar era uma ação inferior. No mundo contemporâneo, essa mentalidade não é mais predominante, já que para a maioria a visão é outra: um emprego abre as portas para grandes oportunidades, para o crescimento, que não traz apenas benefícios financeiros mas também promove a dignidade do ser humano.

Nesse caso, a discussão passa pela classificação do trabalho nas categorias trabalho escravo, de um lado, e trabalho digno, de outro. Essa separação contribui significativamente para se defender a tese de que o trabalho contribui para a construção da dignidade humana.

4.3 Comparação e contraste

Operações de comparação e contraste também são comuns em atividades rotineiras. Comparamos tamanhos e cores de objetos, comportamentos de animais e humanos etc. Segundo Decker e Schwegler, esse processo é bastante comum em redações escolares “quando comparamos ou contrastamos formas de governo, sistemas reprodutivos dos animais ou filosofias éticas dos humanos”. (1992, p. 115). Eles fazem uma distinção entre a comparação lógica - que ocorre entre objetos de um mesmo tipo geral – e a analogia – uma forma especial de comparação, usada geralmente para explicar algo abstrato ou difícil de se entender, através de algo mais simples e de mais fácil compreensão. O tópico analogia será analisado separadamente em 4.4 adiante.

Ao se fazer uma comparação, os argumentos podem ser buscados através de perguntas como: 1) Quais são as semelhanças e as diferenças entre os elementos? 2) O que podemos aprender a partir dessas semelhanças e diferenças?

No fragmento que se segue, extraído de uma redação sobre “O jovem em seu tempo”, temos uma análise das diferenças entre a juventude moderna e a juventude de 68.

O primeiro fator a ser analisado durante uma avaliação mais aprofundada da jovem geração brasileira, deve ser o contexto histórico. Há quem diga que não se fazem mais jovens como os de antigamente, como os de 68. Não é justo comparar duas gerações tão diferentes, a começar pelo período político e econômico que cruzaram. A de 68 viveu numa época em que o mercado de trabalho não era tão competitivo, pelo menos no Brasil, sobrando tempo para pensar em outras questões, políticas, por exemplo. Além disso, o próprio ambiente restrito de liberdade e marcado pelo AI – 5 alimentava o espírito lutador que moveu aquela juventude.

Mas hoje é diferente. A atual jovem geração brasileira cresceu com liberdade. (...)

O contexto político também teve participação de peso na formação desses brasileiros. (...) certamente mais preocupado com a economia, especificamente com a questão do emprego, ou será desemprego? (In: XAVIER, 2001, p. 13).

Defende-se a ideia de que não se deve julgar a atual geração de jovens pela comparação com a geração de 68 e, para defender seu ponto de vista, o aluno se vale da própria comparação entre as duas gerações sob o ponto de vista político e econômico. De um lado, coloca a geração de 68, com uma economia mais tranquila e, portanto, com mais tempo para as questões políticas, além do contexto de repressão que impulsionava a ação desses jovens. De outro, coloca a geração atual, mais preocupada com questões econômicas

(emprego/desemprego) e com mais liberdade, o que demandaria menos ação política da juventude.

4.4 Analogia

A analogia é um tópico menos comum em produções textuais do Ensino Médio talvez por se tratar de um recurso mais avançado, mais difícil. De qualquer modo, um aluno pode se valer dela para explicar conceitos difíceis ou para reforçar sua argumentação se considerar que o seu leitor já possui a familiaridade necessária com o tema do qual deriva a analogia.

Neste tópico, cabem perguntas como: 1) Que pontos-chave dois diferentes assuntos têm em comum que podem ajudar a entender cada um deles? 2) Como as semelhanças entre eles nos ajudam a entender cada um?

No exemplo a seguir, extraído de uma dissertação escolar sobre “Os dois lados do mundo virtual”, o autor acredita que o seu leitor já conheça um pouco da história do invento de Santos Dumont e o utiliza numa analogia para falar da revolução da internet.

Com essa revolução, as distâncias ficaram menores, pelo menos fisicamente. Mas, como acontece em todas as coisas, a invenção tinha (e tem) seus dois lados. Assim como aconteceu com o invento de Santos Dumont, cuja a finalidade primeira era apenas para o bem da humanidade, mas, que logo em seguida, para tristeza profunda do brasileiro que a projetou, começou a ser usada para o mal do próprio homem, a rede mundial de computadores também faz seus estragos: ús-a-sse para disseminar a intolerância e o roubo da inocência de alguns.

Defende-se o argumento de que, assim como o invento de Santos Dumont, que foi idealizado para fazer só o bem, tornou-se objeto de destruição do próprio homem, a internet também é usada para o mal. Infelizmente, esse argumento vem precedido de uma falácia perigosa: “como acontece em todas as coisas, a invenção tinha (e tem) seus dois lados” e o texto apresenta problemas de estruturação. No entanto, o uso da analogia como estratégia argumentativa tem aqui o seu valor.

4.5 Análise de processo

Um ponto central que orienta a argumentação pela análise de processo é o “como”. Num sentido restrito, ela pode ser considerada um tipo de narração, mas uma diferença básica consiste no propósito de ambas. Enquanto, na narração prototípica, o foco recai sobre a

história em si, na análise de processo interessam mais os resultados advindos do processo narrado.

Decker e Schwegler (1992, p. 187) distinguem dois tipos de processo, a saber: 1) direcional: que explica como fazer algo e 2) informacional: que explica como algo é ou foi feito. Cabem, nesse caso, algumas questões específicas: 1) Como algo funciona? 2) Como podemos fazê-lo? 3) O que podemos concluir com a compreensão das operações envolvidas no processo?

No exemplo abaixo, extraído de uma produção textual sobre “O desafio de se conviver com a diferença”, o autor fala sobre a colonização brasileira e narra passos do processo de miscigenação no Brasil.

As raízes do Brasil têm origem com a chegada dos europeus no Século XV, tendo como pioneiros os portugueses que se depararam com uma cultura totalmente distinta da sua: a indígena. Nasce aí o primeiro embate entre povos, cuja finalidade era uma sobrepor-se à outra, escravizando-a atendendo, assim, aos ideais de exploração da nova colônia. Ocorre que a mão-de-obra indígena era avessa ao trabalho forçado, com isso os brancos foram compelidos a buscar na África o novo membro do conjunto multicultural que seria a nova terra: o negro.

No transcorrer dos Séculos XV, XVI, XVII e XVIII essas três raças, juntamente com outros povos europeus, dentre eles franceses, holandeses (...)

A partir da análise desse processo de mistura de raças e povos, o aluno vai defender a sua tese de que é preciso saber conviver com a diferença.

4.6 Causa e efeito

Se, na argumentação pela análise de processo, interessa-nos mais o “como”, no tópico causa e efeito, a atenção recai sobre o “porquê”. Para se buscar argumentos, são pertinentes perguntas do tipo: 1) Quais são as causas prováveis de determinado fenômeno, uma guerra, por exemplo? 2) Quais os seus efeitos? 3) Como pode o conhecimento das possíveis causas e efeitos contribuir para a nossa compreensão de pessoas e eventos envolvidos?

Vale salientar que, na discussão de temas polêmicos como o aborto, por exemplo, é preciso considerar causas e consequências a curto e longo prazos, sob pena de se fazer uma abordagem muito superficial na argumentação.

O tópico causa e efeito é utilizado como estratégia argumentativa no exemplo abaixo, extraído de uma redação também sobre o tema “O desafio de se conviver com a diferença”.

Ao olharmos para o passado, veremos o quão doloroso pode ser o destino quando imperam os preconceitos. Vivemos séculos de escravidão graças a idéia equivocada de que os negros eram inferiores e por isso podiam ser explorados e ultrajados. Em outra época, milhares de judeus foram perseguidos e mortos pela ideologia nazista de que uma nação pode se sobrepor às demais.

Chegamos ao século XXI, marcado por avanços tecnológicos, onde a globalização encerra as fronteiras, expandindo as relações mundiais mas infelizmente os limites interiores ainda precisam de um longo caminho para se findarem. Os negros, mesmo após uma longa batalha, ainda sofrem com os estigmas do pré-abolicionismo; índios lutam pelas terras que lhes pertencem por direito; homossexuais pedem respeito e liberdade para serem felizes.

Nesse texto, o estudante apresenta um quadro histórico de escravidão e de preconceitos no Brasil como causa para dificuldades enfrentadas por negros, índios e homossexuais no século XXI.

4.7 Definição

Principalmente quando se trata do discurso científico, a definição de termos-chave com os quais se trabalha pode ser imprescindível. Muitas vezes, um termo a ser definido constitui o próprio assunto em debate quando se busca uma terminologia mais esclarecedora. Além do mais, temas como família e moralidade, por exemplo, podem ter abordagens bem distintas a depender da concepção conceitual que se tenha de cada um. Nesse sentido, os argumentos podem ser buscados através de algumas perguntas norteadoras: 1) Como o objeto em discussão deve ser definido? 2) De que modo uma definição nos ajuda a entender a importância ou as consequências de uma ideia, objeto, pessoa ou evento?

Ao abordar o tema “O indivíduo frente à ética nacional”, um aluno optou por iniciar sua produção textual pela estratégia da definição ao definir o que se pode entender por “ética nacional”. Segundo ele: “A ética nacional pode ser entendida por uma nação que vive pautada em valores sociais e culturais, além da moral e normas que direcionam o cidadão à ação considerada correta.” É a partir dessa conceituação prévia, colocada como introdução, que o autor vai defender a sua tese de que é preciso haver uma ética nacional, que interfere diretamente na ética de cada cidadão em particular, e é indispensável para o desenvolvimento social.

4.8 Descrição

Em geral, o recurso da descrição é mais útil quando se trata de elementos concretos como uma pessoa, um objeto ou um cenário qualquer, mas também pode ser utilizado para abordar conceitos abstratos. Decker e Schwegler (1992, p. 311) falam de uma descrição objetiva - puramente factual e predominante no discurso científico – e de uma descrição impressionista – subjetiva e mais comum no discurso literário.

Ao desenvolver uma argumentação pelo tópico descrição, o orador pode se valer de questões como: 1) Qual é a aparência e quais são as características do objeto/assunto em análise? 2) Na descrição do assunto, o que podemos aprender sobre seu significado, caráter ou influência?

O fragmento a seguir, extraído de uma redação escolar também sobre o tema “O indivíduo frente à ética nacional”, apresenta uma descrição de um cenário de corrupção no contexto brasileiro.

Nosso país sangra com tanta corrupção. São cargos ocupados por gente sem nenhuma aptidão, que foram contratados por seus entes eleitos; é barganha atrás de barganha para garantir patrocínio nas próximas eleições; são projetos superfaturados que, mesmo com verba repassada, nunca saíram do papel e cueca que, em vez de proteger órgãos genitais, virou esconderijo de dólares.

Essa descrição serve de “pano de fundo” para o aluno apresentar e desenvolver a sua tese de que é preciso haver uma maior preocupação com a ética nacional e acabar com a corrupção que prejudica o desenvolvimento do país.

4.9 Narração

Como regra geral, o tópico narração deve ser usado na argumentação apenas se for útil para o escritor comunicar as suas ideias. Como já foi dito em 4.5, a narração pode, por exemplo, contribuir quando se faz uma argumentação pela análise de processo. Vale lembrar que o foco deve estar não na história em si, mas nas suas consequências, nos seus desdobramentos. Nesse caso, pode se perguntar factualmente: O que aconteceu? Mas é preciso aprofundar a questão e questionar também: Quais as consequências? O que os eventos revelam sobre os participantes ou sobre outros eventos que poderemos vir a experienciar?

O fragmento a seguir, produzido sobre o tema “Os dois lados do mundo virtual”, constitui-se de uma pequena narração do desenvolvimento histórico da internet.

Nos primeiros anos da década de 90, a população mundial passou a usufruir da até então desconhecida maravilha tecnológica denominada Rede Mundial de Computadores. A sigla em inglês www passou a fazer parte do dia-a-dia de adultos, crianças e idosos. Seu criador, o norteamericano Bill Gates, dividira a história entre o antes e o depois da Internet.

Partindo-se desses fatos, o autor fala da grande influência que a internet exerce na vida das pessoas e passa a defender a tese de que é preciso ter cuidado com o mundo virtual, porque, apesar de ele ter um lado positivo, pelos benefícios que proporciona, também tem o lado negativo, porque pode prejudicar o ser humano que não souber utilizá-lo.

4.10 Indução e dedução

Indução e dedução são importantes mecanismos para se chegar a e/ou explicar determinadas conclusões. Segundo Mendes (2010, p. 36), “quando se raciocina indutivamente, parte-se de pequenas particularidades e de pedaços de evidência, e então desenha-se uma conclusão sobre essa evidência”. A indução é o processo pelo qual se faz uma generalização a partir de algumas evidências.

No processo de dedução ou silogismo, de um princípio geral, mais abrangente, deduz-se uma conclusão menor. Se todos os membros de um partido x são corruptos e y é membro desse partido x, logo y é corrupto.

Na busca por argumentos, o aluno pode fazer perguntas do tipo: 1) Que generalização uma evidência pode sugerir? 2) Que conclusões futuras poderemos tirar de uma generalização? 3) Como esses processos de raciocínio ajudam a entender eventos ou fenômenos sociais?

Ao discutir o fenômeno político-social da seca no Brasil, um estudante usa a estratégia da indução para convencer o leitor.

Não são as chuvas escassas o principal problema dos que vivem no Sertão. O maior empecilho é a falta de interesse político, haja vista a conveniência de existirem eleitores miseráveis e persuasíveis, que se tornam presas fáceis aos objetivos meramente eleitoreiros dos candidatos da região.

Não é preciso ir longe para comprovar que o “polígono das secas” pode ser transformado em uma área rentável, sem causar grandes gastos no orçamento dos Estados ou da União. (...)

(...) Não é a terra árida ou a escassez de chuvas que determinam a “vida severina” do sertanejo, mas sim, a ausência de decoro político que persuade esses tantos “severinos”. (In: XAVIER, 2001, p. 81).

Após explicitar a sua tese na introdução, o aluno coloca algumas evidências para “provar” a sua conclusão de que o maior problema dos sertanejos não é a falta de chuva, e sim “a ausência de decoro político”.

5 Considerações finais

Os fragmentos de redações escolares aqui analisados mostram que um estudante do Ensino Médio é capaz de encontrar seus próprios argumentos para apresentar uma argumentação com indício de autoria, que vai muito além da repetição de ideias prontas.

Acreditamos que, se o ensino da produção de textos dissertativos ocorrer de forma sistematizada, através dos recursos que a retórica disponibiliza, o sucesso do aprendiz será ainda maior. O processo da escrita deve ser trabalhado pouco a pouco, no dia-a-dia da sala de aula, pois um escritor competente não surge da noite para o dia, como num passe de mágica. Alguns oradores podem já ser bons por natureza, mas outros poderão vir a sê-lo se forem devidamente orientados para isso.

Para concluir esta breve reflexão e, mais uma vez, destacar a importância da retórica, façamos nossas as palavras do inspirador Corbett:

Se lançarmos um olhar histórico sobre como a retórica era ensinada nas escolas, deveremos descobrir como os antigos mestres faziam para capacitar seus alunos para assumirem funções sociais e políticas que os desenvolveriam como cidadãos da sociedade humana. Desse modo, vamos aprender como um estudo consciente da retórica pode nos ajudar a nos tornarmos cidadãos mais eficientes. (1972, p. 198).

Referências

CORBETT, Edward P. J. The Usefulness of Classical Rhetoric. In: CONNORS, Robert J. (Ed.). **Selected Essays of Edward P. J. Corbett**. Dallas: Southern Methodist University Press, 1963, p. 16-21.

———. A New Look at Old Rhetoric. In: CONNORS, Robert J. (Ed.). **Selected Essays of Edward P. J. Corbett**. Dallas: Southern Methodist University Press, 1967, p. 61-72.

———. Rhetoric, the Enabling Discipline. In: CONNORS, Robert J. (Ed.). **Selected Essays of Edward P. J. Corbett**. Dallas: Southern Methodist University Press, 1972, p. 192-208.

CROWLEY, Sharon; HAWHEE, Debra. **Ancient Rhetoric for Contemporary Students**. 2. ed. New York: Longman, 1999.

DECKER, Randall E.; SCHWEGLER, Robert A. **Patterns of exposition**. 13. ed. New York: HarperCollins Publishers, 1992.

DOU - Diário Oficial da União. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Edital nº 7, de 18 de maio de 2011 – Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2011**. Publicado em 19 de maio de 2011. p. 40-51.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. **A produção textual: revitalizando a Pedagogia Retórica**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Mimeografado.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **Como se faz um texto – A construção da dissertação argumentativa**. Recife: Editora do Autor, 2001.